

# Entrevista com Coordenador Operacional da Operação Acolhida General de Divisão Antonio Manoel de Barros

**Gen Div Antonio Manoel de Barros**  
Exército Brasileiro. Boa Vista, RR, Brasil.

Coordenador Operacional da Operação Acolhida, entre janeiro de 2020 à agosto de 2021.

Entrevista realizada em: julho de 2021.

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



## Entrevistadores

**Gustavo da Frota Simões**   
Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Instituto Meira Mattos. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
[gufsimoes@gmail.com](mailto:gufsimoes@gmail.com)

**Tássio Franchi**   
Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Instituto Meira Mattos. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
[editor.cmm@eceme.eb.mil.br](mailto:editor.cmm@eceme.eb.mil.br)

## Apresentação

O aumento do fluxo migratório em Roraima nos últimos anos, majoritariamente composto por venezuelanos, levou o governo brasileiro a estruturar uma resposta federal na forma de uma operação interministerial, interagências e com a colaboração de diversos setores da sociedade civil e até organismos internacionais, a Operação Acolhida. Dentro desta operação a coordenação do apoio logístico, a gestão de recursos e parte dos processos ficou à cargo da Força-Tarefa de Logística Humanitária, comandada por um oficial general do Exército Brasileiro.

No início de janeiro de 2020, o General de Divisão Antonio Manoel de Barros substituiu o General de Divisão Eduardo Pazuello como Coordenador Operacional da Operação Acolhida e comandante da FT Log Hum. Ele permaneceu nesta função até agosto de 2021, quando passou o comando ao General de Divisão Sérgio Schwingel. Atribuído ao cargo estão, além do comando de centenas de militares, a coordenação com os diversos atores que colaboram com a operação.

Naquela altura, ninguém seria capaz de imaginar que além dos desafios de consolidação da Operação Acolhida e aumento dos números de interiorizações, o Gen Barros também seria responsável por administrar uma “crise dentro da crise”, ou a epidemia de COVID-19 no âmbito do acolhimento aos refugiados venezuelanos.

O General Barros permaneceu como coordenador operacional da Acolhida durante o início, o recrudescimento da epidemia e a estabilização da resposta com os esforços de adoção de medidas sanitárias, aberturas de leitos hospitalares direcionados e já nesse ano do processo de vacinação.

Parece-nos oportuno neste dossiê da Coleção Meira Mattos trazer a público uma entrevista que foi conduzida com o General Barros pouco antes de sua saída do cargo de direção da operação. Nessa conversa conosco, o General Barros falou de desafios e possibilidades para a Operação Acolhida.

No campo do desafio, além da epidemia de COVID-19, Barros fala sobre as dificuldades de se aumentar o número de interiorizados, apesar dos esforços mantidos durante a crise sanitária de não interromper esse processo. Fala também dos dois outros pilares da Acolhida: o abrigo e o reordenamento de fronteira.

Além desses aspectos nos campos estratégico e político, o General Barros analisa os aspectos operacionais e táticos da Operação Acolhida e a Operação Controle, além da governança no âmbito da Acolhida com relação ao relacionamento com outras agências governamentais e não-governamentais, além de órgãos das Nações Unidas.

Por fim, o General Barros fala sobre os legados da Acolhida para o Brasil, para o Exército Brasileiro e sua doutrina e para o povo venezuelano e brasileiro. Além disso, traça importantes possibilidades e novos caminhos para a Operação.

Inédito no Brasil, a entrevista do General de Divisão Barros é, sem sombra de dúvidas, um material riquíssimo para civis e militares, público em geral ou acadêmicos, enfim, para todos os brasileiros que querem conhecer mais sobre essa resposta humanitária conduzida pelo Governo Brasileiro desde 2018. Segue a entrevista, boa leitura.

\*\*\*

**Entrevistador:** Desde 2018, a Operação Acolhida vem desenvolvendo ações dentro daquele tripé de reordenamento da fronteira, acolhimento/abrigo, e interiorização de venezuelanos. Para o senhor qual é a importância da Operação Acolhida nesses três eixos?

**General Barros:** Bem, essa é a cara da Operação Acolhida, é a essência da Operação Acolhida. Essa estrutura expressa bem... inclusive, eu poderia até dizer como a Operação Acolhida foi se organizando, é muito interessante dentro disso. Como eu sou militar, a gente faz um planejamento como fazer em operações militares – não que tenha sido com essa ideia, mas ela acabou refletindo. Eu vou dar um exemplo, quando houve a crise em 2018, o primeiro problema era organizar a fronteira porque o acúmulo de pessoas era muito grande e a gente não tinha uma estrutura adequada do Estado brasileiro. Então, o primeiro esforço foi organizar a fronteira. Bem, já em um segundo momento, quase simultaneamente, se começou a ver como que nós vamos acolher essas pessoas, porque nós tínhamos centenas de pessoas em Boa Vista em uma situação realmente catastrófica dentro disso aí, uma coisa que Boa Vista nunca fez. E isso requereu muito trabalho e muita ação. E aí vêm o foco, a ideia, de que realmente nós tínhamos que tirar as pessoas daqui com a interiorização, e aí interiorização começou a andar. No primeiro ano, para vocês terem uma ideia, foi só cerca de 4.000 pessoas que saíram dentro disso aí. Já no outro ano, passaram de 20 mil pessoas. Então isso mostra realmente o processo que a Operação Acolhida foi desenvolvendo, foi amadurecendo para dar as respostas, e a pró-

pria essência da Operação Acolhida. Não há como falar da Operação Acolhida se a gente não visualizar esses 3 eixos.

**Entrevistador:** A ideia agora é a gente aprofundar alguns desses eixos que o senhor destaca como a própria essência da Operação. Primeiro deles, com relação ao abrigo, para quem conhece, para quem esteve lá fora, é notório que existem diferenças entre os abrigos da Operação Acolhida e os chamados campos de refugiados que a gente vê, principalmente, na África, em outros continentes, no próprio Oriente Médio, até na própria Europa, esses campos de refugiados existem diferenças muito grandes. Para o senhor, quais são as vantagens desse modelo de abrigo que a Operação Acolhida construiu ao longo desses anos com relação ao que vem sendo desenvolvido em outras partes do mundo, principalmente na Europa, Oriente Médio e África?

**General Barros:** Primeiro que aí já começa a solução brasileira. Já começa a nós, brasileiros, buscarmos uma solução que expresse realmente a nossa essência, seja pelas leis e pela formação da nossa própria nacionalidade, como nós somos como brasileiros. Nós somos veementemente contrários à situação do campo de refugiados, nós nem admitimos essa palavra. E por que isso? O Abrigo foi justamente para dar um tratamento humanitário digno às pessoas, evidentemente dentro de uma crise humanitária. E aí eu começo a falar dentro da proteção social, eu não conheço campo de refugiados pessoalmente, eu não visitei, o que eu sei é de leituras, de estudos e etcetera. E eu não critico também o campo de refugiados, vamos deixar bem claro, cada um constrói a solução que é possível. Mas nós descartamos isso, primeiro pelo nível de proteção social que se busca dentro disso. Então, imagine você deixar pessoas que não se conhecem, duplas de famílias por vezes monoparentais, pessoas às vezes já vulneráveis, LGBTQIA+ dentro disso aí, mulheres sozinhas com crianças, adolescentes sozinhos, imagine isso aí como um espaço de convivência. Então, quando nós fomos a primeira coisa é um efetivo que não fosse tão grande como no campo de refugiados, porque senão você não pode oferecer essa proteção social que a gente está falando que já é complexa. Outra, esses abrigos que permitam a integração da pessoa com a sociedade local. Você colocar, por exemplo, em um espaço isolado da cidade, 5 ou 10 mil pessoas que seriam típicas de um campo de refugiados, não tem o menor sentido dentro disso aí. Então, são até 1.000, 1.500, mais ou menos, de modo geral isso, dentro das cidades buscando proteção. Eu costumo dizer que na verdade aqui muitas agências da ONU tiveram também que aprender um pouco porque quando oferece um serviço em um campo de refugiados, serviços básicos fazem muita diferença. Eu estava falando com o [palavra incompreensível: 00:03:41 - Corte 2], por exemplo, o problema do tal do "wash", da parte de higiene, em que se falava sobre a necessidade de se lavar as mãos e etcetera. É claro que é importante, mas nossas crianças quando têm diarreia, o fator principal não é esse como tem no campo de refugiados, que às vezes tem até problema de água potável, nosso problema não é esse, é outro, é a subnutrição, é a gente fazer um acompanhamento com as crianças para ganhar peso. E isto em um campo de refugiados é muito difícil. E já houve tentativas de se fazer isso, colocar abrigos para 5.000, 10.000 pessoas fora da cidade, nós não aceitamos isso por causa dessas características. E

tem um outro aspecto também, mesmo que se quisesse fazer isso, isso não daria certo, porque a lei brasileira não obriga a pessoa ficar no abrigo. Então, você veja, qual atrativo nós teríamos então para colocar um "campo de refugiados" afastado da cidade para 5.000, 10.000 pessoas no isolamento? Qual seria o atrativo para essas pessoas irem para lá? Qual seria o instrumento legal que eu teria? Então não tem a menor possibilidade. E os fatores essenciais foram esses: dar uma qualidade, uma dignidade, um tratamento humanitário de maior qualidade. E a gente entende que no campo de refugiados isso não é possível por diversos aspectos.

**Entrevistador:** Na sua primeira abordagem você falou do reordenamento de fronteira e do foco e da essência da Operação Acolhida, depois a gente abordou a questão do abrigamento, e o terceiro pé dessa estrutura da Operação Acolhida é justamente a interiorização que também são algumas respostas criadas pelo governo brasileiro e pela própria Operação Acolhida com relação à estrutura e à dinâmica desse processo migratório. É uma porta de entrada em um local afastado, pouco dinâmico em termos econômicos, e essa estratégia da interiorização, como o senhor avaliou também, que vêm se acelerando nos últimos anos, recentemente passou da marca de 50 mil pessoas interiorizadas. Como o senhor avalia a interiorização?

**General Barros:** Pois é, a interiorização é uma outra solução, até quando vai traduzir para o inglês não tem muito sentido dentro disso. Vamos ver que a gente tinha dois decretos, um decreto presidencial que na verdade é admitir a crise e outro compõem o comitê de ministérios e depois saiu os subcomitês dentro disso. Inclusive, eu vou falar mais à frente dessa reorganização dessa governança, eu acho que é importante e se eu não falar você me cobra Gustavo, por favor. Bem, dentro disso, o Ministério da Cidadania que estava e está na liderança, seja do abrigamento e seja da interiorização, mas realmente quem conduz todo o processo somos nós aqui. Por isso que a gente pode isso aqui, há um alinhamento institucional, mas as estratégias. E eu tenho essa autoridade como coordenador operacional. Eu tenho três funções, como comandante da força-tarefa efetivo militar não poderia fazer, mas como coordenador operacional da casa civil, eu posso conduzir e ajustar isso, evidentemente dentro desse alinhamento. E o que aconteceu, quando a gente estava no primeiro ano em que a cidadania estava com o modus operandi e a força-tarefa não se envolveu, se a gente olha os números. E eu falava muito com o Pazuello isso, se passou 18, isso aí foi em 2019 que era o coordenador operacional anterior. E aí se tomou a decisão da força-tarefa se envolver na interiorização porque a gente tinha a responsabilidade de conduzir um processo, a gente não tinha a válvula de saída que é interiorização e a gente estava com um problema grande, porque não adianta ficar só construindo abrigos, é o que se está acontecendo agora, e aí se colocou toda essa estrutura da força-tarefa. Então, quando a gente olha para Maio de 2019 a gente vê que começa a aumentar muito a interiorização, e esse já foi o primeiro marco muito importante. E começou a se ver as modalidades da interiorização, que também é muito importante, que é reunificar reunião familiar como está falando como que faz; a reunião social que amigos de abrigo a abrigo, ou seja, existem instituições que tem um outro patamar de abrigos. A gente fala sobre abrigo, mas no Brasil são até casa se tem dentro junto com agências da ONU; e o mais importante, que é a vaga de emprego sinalizado. Bem, esses quatro começaram a dar um dinamismo muito grande. E se me perguntasse o que é a internali-

zação: a internalização é a integração socioeconômica do beneficiário venezuelano pelos demais municípios do Brasil com a proteção social de vida. Então, tem que estar estritamente dentro do processo de legalidade. Isso se passou em 2019, dentro disso, se aumentou muito, foram cerca de 22 mil, mas como sustentar isso? E daí nós colocamos já no início de 2020 uma estrutura mais adequada, chamada de Centro de Coordenação de Interiorização (CCI) aqui em Roraima que coordenava tudo isso, todos esses módulos. E aí nós colocamos vários módulos de ajuste, seja esse que nós falamos, mais o módulo de logística, o módulo de auditoria por exemplo, o módulo da comunicação, e um módulo importante de capacitação e educação. Você vê que tinha que preparar essas pessoas para o mercado de trabalho dentro disso aí. Então, foi feita uma estrutura física e se começou a pegar todos esses entes que trabalhavam na interiorização da sociedade civil e não havia uma sinergia dentro disso, então se buscou isso dentro do mesmo ambiente. E quando a gente olhava para o Brasil, como fazer para o Brasil também, aí vieram os núcleos regionais de interiorização, um total de 12, que tem a mesma distribuição geográfica das regiões militares porque o exército que faz a logística na ponta. Então, na região militar, a gente conseguiu buscar um representante de cada região militar e começamos um trabalho de fortalecimento desses [palavra incompreensível: 00:05:47 - Corte 3], levou um ano para ser feito isso aí. Então, a gente tinha quase nenhuma representatividade, só tinha os militares, e agora nós temos várias instituições da sociedade civil. E agora é que a cidadania coloca um representante em cada [palavra incompreensível: 00:06:00 - Corte 3] dentro disso. Então, o [palavra incompreensível: 00:06:04 - Corte 3], ele trabalha regionalmente esse processo de integração dentro disso, ele azeita as engrenagens, ele se liga com o centro de coordenação de interiorização. É por isso que mesmo com a pandemia nós conseguimos interiorizar mais 19 pessoas e aí imagine o que foi interiorizar durante a pandemia. Nós saímos com 3.000 em janeiro e fevereiro, e aí em março, que foi o mês da pandemia, para 1.500, e depois a gente passou para um pouco mais de mil dentro disso. Então, a interiorização foi nessa crescente. Hoje, por exemplo, quando a gente fala de capacitação e educação, que foi mais um passo, nós estamos trabalhando e unindo em três grandes eixos: a gente tem o eixo do letramento, o teor do idioma, letramento/idioma; da adaptação cultural, segundo eixo, que é muito mais amplo que isso; e da capacitação profissional propriamente dita. Hoje eu tenho uma secretaria específica para capacitação e educação. Então, você veja que nós, além de aumentarmos a quantidade, nós fomos na qualidade dentro disso. Agora mesmo nós estamos numa situação de flexibilização da fronteira e a gente tem uma meta ousada de 2.500 pessoas em julho. Qual foi o último avanço de tudo isso? O último avanço, em termos de estratégia, a gente está saindo da vaga de emprego finalizada para a vaga em empresas em empregos finalizados, ou seja, a gente fazia no varejo esse contato. A gente começou com a JBS, foi o primeiro. A gente começou fazendo um trabalho de ligação direta com as empresas e não é verdade que mesmo com a crise econômica que a gente tem de 14 milhões não haja emprego para essas pessoas, porque muitos empregos brasileiros não querem e também é outro fator muito relevante nesse aspecto. Imagine que a JBS tem um plano anual de cerca de 1.400 pessoas por mês, ela precisa recolocar 1.400 pessoas por mês, por exemplo, se ela faz uma ligação direta aqui gente sabe qual é a demanda dela, a gente tem condições de fazer a seleção, diminui o custo para a empresa e a gente coloca essa pessoa lá aonde vai no local. Claro que há vários problemas. Ontem mesmo nós falamos com o Jeep, Fiat, na região sul do Brasil,

justamente oferecendo isso. Então, foi muito simplório na evolução da interiorização na solução brasileira, na solução que realmente é a solução. E no aperfeiçoamento geral, a gente também começou a olhar para integração local, que é um outro problema, porque muitos não querem sair daqui. Então, a gente também, dentro da interiorização, a gente puxou um aspecto para a interiorização local. De modo geral é isso sobre a interiorização. E agora sim que está em 53 mil. A gente já passou 53 mil pessoas agora, Gustavo.

**Entrevistador:** O senhor tocou agora nessa resposta da interiorização na questão da pandemia que trouxe uma série de desafios, uma série de impactos para todas as áreas. E aí sem sombra de dúvida que a Operação Acolhida também teve uma série de desafios com relação à pandemia. Quais ações foram desenvolvidas pela Operação Acolhida na prevenção e tratamento de migrantes e membros da própria Operação afetados pela doença, pela covid?

**General Barros:** Bom, é muito interessante isso. Eu digo que a covid é uma crise dentro de outra crise. Se a gente já estava com uma crise humanitária, veio essa pandemia, e nós criamos um protocolo em janeiro de 2020 que era identificar e isolar. Vamos lembrar que a gente não tinha os testes e não sabia muita coisa sobre isso, estou falando de janeiro de 2020. Em março, eu lembro bem, em 17 de março foi dado o primeiro caso suspeito e não tinha testagem, nós seguimos o protocolo, isso foi dado à tarde, e nós isolamos de sábado para domingo, mais de mil pessoas. 600 pessoas em Pacaraima, 300 pessoas aqui e 100 pessoas em Manaus, todos que tiveram contato com essa pessoa suposta. E aí a gente colocou um gabinete de covid junto com as agências, e começamos a fazer 3 reuniões diárias. No domingo, às 6 horas da manhã, todos estavam isolados, é o que a gente podia fazer. Não havia testagem aqui em Roraima, eu tive que falar com o secretário de saúde, mandar amostra lá para Manaus, ele fez, abriu uma exceção para gente e felizmente no domingo à tarde saiu negativo, mas isso acendeu a luz. Começamos a trabalhar duro, eu tinha em média naquela época, de 12, 13 mil venezuelanos na responsabilidade direta. Imagine aqui se o primeiro caso de covid aqui em Roraima fosse um venezuelano, como ia fomentar a xenofobia, e essa era uma preocupação muito grande que as pessoas não fossem entender isso aí. Começamos a trabalhar forte e começamos a fazer as medidas de monitoramento e isolamentos dentro do que se podia fazer, fizemos um protocolo muito rígido dentro disso e medidas de higiene dentro dos abrigos, era o que se podia fazer. Retiramos o hospital de campanha da fronteira e pusemos em Boa Vista porque a gente entendia que era o melhor local para fazer isso. Mas havia muitas dúvidas ainda porque o sistema público local aqui era muito deficiente, extremamente deficiente, naquela época faltava até máscara, faltava álcool gel. A gente começou a fabricar máscaras junto com os próprios venezuelanos, imagine só o que a gente tinha que fazer. E aí veio uma solução da Acolhida, uma ação que eu tive que tomar e me preocupou muito, a construção da área de proteção e cuidados. A área de cuidados seria um hospital de campanha e a área de proteção uma área de isolamento. E por que nós não falamos da área de isolamento do hospital de campanha? Nós conversamos aqui e a gente viu e quando falava área de isolamento, por experiências das agências de outros países, as pessoas até fugiriam, no caso de ebola e tudo, a pessoa se sentia confinada à morte, então a gente pôs a área de proteção, mas na verdade era uma área de isolamento de suspeitos e confirmados que

não precisavam de hospital. E a área de cuidados porque a gente não sabia até onde a gente ia conseguir realmente colocar um hospital para funcionar, havia muitas dúvidas nesse sentido. Então começamos a fazer no dia 17 e no dia 21 o hospital de campanha começou a ser montado e um mês depois nós tínhamos 80 leitos. E aí a gente fez com uma firma que estava aqui, nós começamos a montar um hospital de campanha muito mais amplo, com meio civil e etcetera. Passado um mês eu tinha 80 leitos. E aí veio a primeira dúvida, "eu vou tratar só dos venezuelanos ou vou tratar de brasileiros também?", e aí cheguei à conclusão de que não era possível se tratar só de venezuelanos porque isso iria afastar mais ainda a Operação Acolhida da população, ainda que não fosse uma responsabilidade. E buscamos uma parceria, um termo de cooperação através da casa civil, com o estado, com a prefeitura e com a universidade, a universidade daqui. Foi difícil porque nós sabíamos que em junho seria o pico da pandemia, nós começamos a fazer trabalhos paralelos levantando isso, e a primeira grande dificuldade que eu tinha era falar qual seria o tamanho da área de cuidados. Nós chegamos a pensar em 1.200, tendo em vista o prognóstico da pandemia. Trabalhamos duro e em maio nós fechamos 786 leitos, espaço para 786, um trabalho hercúleo com uma empresa aqui. A prefeitura fez a sua parte, mas o Estado não honrou a sua parte de insumos, porque nós entramos com estrutura, com a gestão e com parte de material, mas o estado tinha que colocar o pessoal e os insumos, e o Estado não honrou. Muito difícil, e a gente estava em maio e começou a dar um pico aqui enorme, HGR em situações lastimáveis, e aí com o Ministério da Saúde, a gente fez uma parceria com Sírio-Libanês, o Banco Itaú, em que veio um aporte no final de maio de recursos de insumos. Dia 17 de junho a gente abriu o hospital de campanha e começou a atender brasileiros e venezuelanos. Eu tive inúmeras dificuldades, no próprio dia, nós tivemos uma greve de médicos aqui – e eu gostaria de registrar isso porque isso tem que ficar na história – faltava médicos aqui e por uma decisão judicial, médico sem CRM poderiam trabalhar dentro da Acolhida e no dia da abertura os médicos locais abandonaram os postos. Veja só a dificuldade que a gente tinha. Isso já é história, por isso que eu posso falar dentro disso. Mas nós seguimos em frente. Muito difícil, mas o que importa é que a gente, de junho a dezembro, nós atendemos na área de cuidados cerca de 6.000 pessoas, quase seis mil pessoas, e só 11% venezuelanos, o resto brasileiros. O nosso índice de mortalidade de covid foi 3.2%, o hospital de campanha de São Paulo 13%, eu tinha UTI dentro do hospital. Então, deu muito certo. E mais, nós abrimos também dentro da área de proteção uma UBS em parceria com a prefeitura, e foi atendido ali 7.000 pessoas. Nós tivemos de junho a dezembro 13 mil atendimentos da população em geral. Não tínhamos condições de mantê-lo e em dezembro nós fizemos uma transição para o governo do estado dentro disso. Passamos para o estado mais de 220 mil itens, para você ter uma ideia, como um empréstimo para ele poder funcionar e etcetera. Hoje é um legado. E aí vem uma coisa muito importante, as estruturas ficaram como legado, evidentemente que estado teve que arcar com aluguel e etcetera, mas ele pegou uma coisa pronta. E hoje funciona ali uma maternidade e também um hospital de retaguarda de covid. E onde era a área de proteção, que era para 1.000 venezuelanos, hoje nós temos o abrigo Pricumã vocacionado para vulneráveis de saúde, junto com o núcleo de saúde que nós estamos atendendo. Dentro de tudo isso aí, surgiu o núcleo de saúde da Acolhida, que vai ser uma outra conversa, que a gente aperfeiçoou esse atendimento que vai ser um outro grande legado que eu gostaria de falar em uma outra oportunidade. Nós gastamos cerca de 52

milhões, mais ou menos, de dinheiro Federal de dentro disso e, até onde eu sei, foi o hospital de campanha que mais atendeu pessoas no Brasil todo e com o melhor índice de resultados do tratamento da covid.

**Entrevistador:** General, você tinha comentado a questão da governança. Eu quero fazer uma pergunta com relação à governança e principalmente destacar uma outra Operação, conjunto com a Operação Acolhida, que é a Operação Controle. Talvez nessa pergunta o senhor consiga aprofundar a questão da governança e a mudança, como o senhor já sinalizou nessa questão de reorganização. Mas, basicamente, prover essa ajuda humanitária, o acolhimento, a interiorização e a segurança da fronteira, além do reordenamento, a própria segurança e o monitoramento dessa fronteira que exige na verdade uma articulação grande com a Operação Controle. Ou seja, a Operação Acolhida caminhando em paralelo da Operação Controle, além de diversas agências e entidades governamentais. O senhor já colocou aqui diversos ministérios que fazem parte, organismos da sociedade civil, seja nacional ou internacional, organismos internacionais. Como é feita essa governança, essa integração, e quais são os principais desafios? Quais são os principais desafios dessa articulação, dessa governança em prol de uma segurança integrada de fronteiras dos brasileiros e desse acolhimento, dessa ajuda humanitária?

**General Barros:** Eu vou começar aqui no nível operacional e depois eu vou para o estratégico e político. Então, no nível operacional, a primeira vez que eu vi o desenho, eu particularmente achei que deveria ser diferente, porque nós temos a Operação Controle realizada basicamente pela brigada aqui de Selva e nós temos aquilo hoje [palavra incompreensível: 00:01:57 - Corte 5] ligado ao comando militar da Amazônia ligada ao Ministério da defesa com as suas atribuições típicas de segurança de fronteiras e nós temos a Operação Acolhida com caráter humanitário. Claro que elas se tocam, e se tocam particularmente quando a gente fala de inteligência porque a gente está lidando com o mesmo material humano, com as mesmas problemáticas. Eu achava que deveria ter um comando em quadrante ou a Controle está debaixo aqui da Operação Acolhida e hoje eu sou totalmente contrário a essa ideia inicial minha. Totalmente contrário e eu vou explicar o porquê: são ações completamente diferentes, nós não podemos misturar ação humanitária com segurança típica ostensiva trivial de faixa de fronteira, não vai funcionar bem dentro disso. Então, eu trabalho com a legitimidade e a legalidade. A minha legitimidade, por exemplo, é reforçada quando tem diversas instituições da ONU trabalhando comigo e a minha legitimidade é reforçada quando eu pego uma pessoa que está na rua e, mesmo que ela tenha entrado pelas trouxas, eu não deixo na rua para não colapsar mais ainda, eu posso fazer isso em termos de Operação Acolhida sem quebrar a legalidade. Já a Operação Controle não tem essa finalidade. A Operação Controle é a segurança da faixa de fronteira, para manter a lei e a ordem dentro da faixa de fronteira, não só com a brigada, mas com todos os outros mecanismos. Então, eu acho que essa divisão fica muito boa, essa divisão caracteriza muito bem as coisas. Bom, evidentemente que quem coordena e quem controla a Operação Controle e a Operação Acolhida tem que estar em profunda coordenação e sinergia. Então, esse eu acho que também foi um outro desenho que foi muito bom em termos de condução para ser muito específico. Muitas das vezes vêm perguntar para mim assim, "General, o que está sendo feito para

barrar os caminhos não oficiais, alternativos, da entrada?", e eu falei assim, "Isso não é problema meu, quem faz isso é a Controle, o meu problema é coordenada com a Controle e dar uma solução humanitária". Por exemplo, já fica muito fácil dentro disso, quando a gente sobe o nível de governança estratégica política, aí sim nós temos comitês de ministros que é para crises macros e etcetera. Vamos ver que na verdade esse decreto é uma condução, é uma intervenção federal no estado, na condução do processo, se a gente olhar o decreto, é isso muito bem. E a gente tem o subcomitê na faixa de fronteira, tem o dos abrigos, do acolhimento, tem o da interiorização, tem o da saúde. O coordenador operacional é ligado à Casa Civil. O coordenador operacional tem a missão de conduzir as ações e pode se ligar com as autoridades políticas locais de governo e de estado, com as prefeituras e etcetera, o coordenador operacional pode firmar termos de cooperação. Claro que tem que estar ligado aos subcomitês e etcetera. Isso tem aspectos positivos, mas os subcomitês por vezes também têm que estar muito claro qual é a sua parte, a sua parte não é de gestão, a sua parte é de governança e quando isso se mistura, isso dá um desgaste muito grande para o coordenador operacional. Qual é o futuro? O futuro é ter apenas um subcomitê, e está sendo proposta essa mudança, um subcomitê, que o coordenador operacional também faz parte deste subcomitê, e não mais 4 ou 5 subcomitês, e o conselho e ministro só é acionado em caso de grave crise. E aí você vai dar mais agilidade aos processos estratégicos políticos, focar mais nesses subcomitês na governança e não na gestão, fortalecer mais o coordenador operacional para dar a velocidade dos alinhamentos institucionais que precisa. Porque o maior desafio que eu tenho aqui é fazer os alinhamentos institucionais, com instituições governamentais e não governamentais, para dar uma resposta com a tempestividade devida à crise. Então, as coisas são muito dinâmicas aqui e o coordenador operacional tem que buscar nesse alinhamento e dar essa resposta. Esse, Gustavo, é o meu principal desafio em termos de liderança, em termos de governança e em termos de gestão.

**Entrevistador:** General, a gente vai mudar agora o foco das perguntas para os impactos que a Operação Acolhida trouxe, ou poderia trazer, com relação à doutrina do exército brasileiro. Como o senhor avalia o impacto da Operação Acolhida na doutrina do exército brasileiro referente, principalmente, às ações de ordenamento de fronteira, de ajuda humanitária, de relações civis-militares, como o senhor mesmo colocou, um dos grandes desafios em termos de governança? Quais ensinamentos, práticas e ações a força-tarefa Acolhida poderiam ser, ou já foram, incorporadas à doutrina do exército? Existe um canal de diálogo com o centro de doutrina do exército?

**General Barros:** Sim, sem dúvida. O comando de operações terrestres através do seu centro de doutrina já fez um trabalho ano passado em relação a isso. Então, a companhia de assuntos civis, por exemplo, está sendo construída baseada na experiência da Operação Acolhida, evidentemente que aqui tem muitas particularidades. Então, essa doutrina de assuntos civis está sendo extremamente fortalecida agora com a Operação Acolhida. Sim, o exército está sim aproveitando isso. Quando a gente fala dos impactos, isso aqui evidentemente que operações militares, seja qual for a natureza, sempre tem os mesmos fundamentos. você só vai aí mudar alguns detalhes no meio do planejamento, mas os fundamentos são os mesmos. Isso aqui

não é um Haiti, então você quer colocar tudo que foi feito no Haiti aqui não vai dar certo. Nós estamos em território nacional, é um outro tipo de público-alvo, é uma outra dinâmica de relações institucionais governamentais e não-governamentais, é um outro tipo de exposição à opinião pública, etcetera. Então não adianta falar que é isso é igual, é claro que o Haiti deu muito subsídios e é um caso de sucesso. E nós precisamos registrar o Haiti de uma maneira e temos que registrar Operação Acolhida de uma outra maneira. Bem, os ensinamentos são os mais diversos, tanto é a forma de nós fazermos e por isso que vem o reconhecimento. O reconhecimento é muito mais internacional do que nacional nesse aspecto, porque a gente construiu uma maneira. É muito interessante que muitos vêm para cá para ver como que nós estamos conseguindo, por exemplo, como você falou dos abrigos e não campos de refugiados, quando se fala da internalização, quando se fala da capacitação e vários outros aspectos que nós estamos fazendo. Então, sim, aqui é um case de sucesso, o exército está atento. Eu acho que existe uma possibilidade de amplitude enorme de aproveitamento. É, eu tenho certeza absoluta, que já é o marco doutrinário que vai colocar aperfeiçoamento nas doutrinas das Forças Armadas.

**Entrevistador:** Quais são os legados que a Operação Acolhida já deixou para o Brasil e para Roraima especificamente? Quais são os mais importantes, o que o senhor destacaria em termos de legado?

**General Barros:** Nós temos legados tangíveis e intangíveis. Os intangíveis eu digo é de nós criarmos aqui uma metodologia, uma doutrina, de como fazer dentro dessa crise, isso aí nos fortalece. E isso, estrategicamente, eu creio que é muito importante porque o Brasil, pela sua posição geoestratégica, vai continuar sendo destino para uma crise migratória. A crise migratória sempre ocorreu na história da humanidade, ela nunca deixou de ocorrer, e ela chega com mais força agora na América do Sul. Então, quando a gente olha o Brasil pelas ligações, pela sua posição, quando você olha, apesar de todos os problemas, o tamanho da nossa economia, quando você olha a diversidade geográfica, quando você olha a diversidade da nossa formação – Veja, o que está acontecendo em São Paulo com boliviano e etcetera – nós somos distintos. Então ou nós aproveitamos essa experiência que nós temos e nos fortalecemos para darmos opções na crise migratória ou a sociedade vai sofrer. O primeiro legado intangível é o aproveitamento dentro disso, porque quando a gente dá essa resposta, o Brasil tem uma lei avançada em termos de migração, o Brasil tem instituições maduras que podem atuar em diversos grupos dentro disso, o Brasil tem uma formação de nacionalidade miscigenada dentro disso, são todos os aspectos que levam a gente a ser uma referência para este século para esse futuro dentro da crise migratória. E isso vai ficar muito claro se nós soubermos aproveitar toda essa experiência. Porque se eu não faço isso, na verdade, não é que eu esteja deixando de atender a uma crise migratória, não é só isso, eu estou deixando de proteger minha sociedade porque daí eu não sei quem entra, eu não tenho uma barreira imunológica contra doenças, por exemplo, tem muitos casos de sarampo que é uma doença que existia no Brasil, tem que fazer uma vacinação dentro disso; eu não sei mais a violência do tráfico, do crime organizado, usar essas pessoas nos grandes e vai chegar nos grandes centros mais miséria, mais violência. Então, não é uma questão só de caráter humanitário, é uma questão também de proteção da nossa própria sociedade. Quando a gente

vai para aspectos tangíveis, e a crise vai mostrando isso, a gente começa a ver o que o Estado de Roraima, um estado com 600 mil pessoas, 700 mil pessoas, quase um bairro se a gente pegasse de São Paulo, dentro da Amazônia, estratégico, e ele passa a ter visibilidade. Então a gente vê que a economia de Roraima se beneficiou com a crise neste aspecto de geração de empregos e etcetera, passou a estar no foco do Governo Federal para as políticas públicas de dentro disso. E evidentemente alguns legados mais concretos, eu acabei de falar hoje que o Estado está usando a estrutura da área de cuidados como hospital deles, em tempo recorde em uma crise; nós temos agora o núcleo de saúde da Acolhida que foi fruto dentro disso que a gente está em uma parceria com Sírio-Libanês, através da liderança do Ministério da Saúde, vamos ter residência médica do Sírio-Libanês aqui, primeira vez na Amazônia e se deve à Acolhida, vai começar agora em agosto. Está firmado uma reestruturação do núcleo com tomográfico, com toda a parte de atendimento, porque em Pacaraima não se tem um raio-x, para você ter uma ideia. Então nós vamos ter um núcleo de saúde em Pacaraima e um núcleo de saúde em Boa Vista. Já atendemos mais de 56 mil atendimentos de novembro até agora, todo o controle epidemiológico de teste de covid está sendo feito pelo núcleo de saúde. Então, o núcleo de saúde já está sendo e vai ser outro legado muito forte dentro disso. Bom, então eu vou parar por aqui, falando dos aspectos econômicos que a região aqui vem se beneficiando e de estrutura nesse caso ligado à saúde evidentemente que já vão ficar para o Estado, além de aprendizado, várias universidades aqui, por exemplo, estão fazendo vários cursos e pegando os cases da Operação Acolhida.

**Entrevistador:** E a gente queria, vamos dizer, também que o senhor refletisse e trouxesse as suas reflexões acerca do futuro da Operação Acolhida. Quais são as suas impressões? Quais são as suas expectativas, em termos de desenvolvimento da Operação Acolhida para esse decorrer de 2021 e para os próximos anos?

**General Barros:** Bom, a Operação Acolhida, sempre está em um processo de maturidade, como nós falamos. Se aperfeiçoando, se reinventando, como nós tivemos a APC, como o núcleo de saúde, como a gente falou da interiorização. Então, alguns aspectos quando a gente fala de uma maneira mais holística dentro disso, essa crise começou em 2018 aqui, com dois decretos presidenciais, a gente está no terceiro ano indo para o quarto. E as Forças Armadas têm mais 600 militares aqui, e não há representatividade de outros Ministérios aqui, só tem um ministério da cidadania. Então, que modelo que nós queremos? São as Forças Armadas que vão ficar cuidando de uma crise humanitária? Isso chama muita atenção no mundo, ou seja, você tem as Forças Armadas cuidando efetivamente de uma crise humanitária na coordenação de um general, eles não entendem como nós conseguimos fazer isso, mas daí vêm o lado positivo nosso. Mas as Forças Armadas não é para ficar de eterno numa situação dessa, como a gente tem a Operação Pipa, que está há 20 anos distribuindo água. Nesse aspecto, está sendo trabalhada a reestruturação da Operação Acolhida, sem comprometer jamais a Operação Acolhida. Então, nós estamos, por exemplo, fazendo contratações de pessoas para cargos que não sejam essenciais na gestão, nós estamos com pregões nesse sentido, pensamos em uma maneira de fazê-lo, para gente sair de 650 efetivo militar para cair pela metade ainda agora em dezembro, sem comprometer a Operação no primeiro passo: a criação de uma unidade gestora, veja, eu não tinha uma

unidade gestora aqui, usavam unidades gestoras do exército. Então, a criação de uma unidade gestora que está sendo feita; a realocação da base, a gente tirar a base de dentro de uma estrutura militar, isso também está sendo feito um pregão, vai ser numa área aqui de Boa Vista onde a gente vai colocar todas as agências, todas as pessoas no mesmo ambiente, mas não vai ser mais na área militar, justamente para gente ir desvinculando dentro disso; o próprio aperfeiçoamento da interiorização, como nós estávamos falando e eu passei muito rápido, e isso é muito importante; a consolidação do núcleo de saúde que está sendo consolidado dentro disso, dentro dessa governança. Ele tem um CNPJ, ele tem o CNES que é o registro dele dentro disso. Integrado ao SUS para atender brasileiros também, a gente está esperando isso para atender brasileiros dentro daquele legado que nós falamos, que antes era só os venezuelanos. Olha só isso, isso tem que se consolidar; e o PID Acolhida em que é na verdade toda parte de tecnologia da informação com processo acolhedor que é muito importante. Olha, antes a gente usava os dados de vários parceiros, isso não pode acontecer. A gente tem que ter uma base de dados única, essa base tem que ser do estado brasileiro e do governo brasileiro, e a gente começou com alguma coisa, subtenente e eu, lá atrás do Acolhedor, uma coisa muito simplória. Agora nós estamos no outro patamar como base de dados e estamos implementando. E por que a gente fala PID Acolhida? Porque não é só um acolhedor, é identificação digital de beneficiários dentro dos abrigos, rastreamento desse pessoal, por exemplo, o próprio atendimento no hospital, tudo digitalizado dentro disso aí. Então o PID Acolhida vai nisso. Veja, são aspectos muito importantes que estão dando uma outra roupagem, eu podia falar da desmilitarização da Operação Acolhida nesse sentido sem comprometer. Isso já está acontecendo e isso vai se consolidar muito no ano que vem. O próximo passo seria a transição da governança e isso é mais complicado, quem fica no lugar do General? Quem fica no lugar dos decisores de estado-maior? Nós temos um plano para isso para envolver os ministérios, mas isso seria um outro passo um pouco mais complexo e eu não acredito que saia tão breve assim, mas numa hora vai ter que sair dentro disso. E tudo isso sem perder a qualidade da Operação, veja que é um desafio muito grande. Então, a tendência é aperfeiçoar, reestruturar a Operação nesses vários aspectos, diminuindo o efetivo militar dentro disso e fazendo uma transição para serviços contratados, e no segundo momento fazendo uma transição da governança. O estado final ficaria sem militares? Claro que não, porque como nós temos 12 ministérios, o MD faz parte, então eu teria que dar uma contribuição, mas não pode ser agora como estamos todos nós, só somos militares, conduzindo toda essa Operação. Então, o futuro é isso. E Por que a Operação Acolhida está dando certo? Eu coloco três fatores importantes, primeiro nós temos uma base legal dentro da migração que é inclusiva, nem todo país tem isso; outra, maturidade institucional de governos. Veja, o decreto foi no governo anterior, se mudou o governo e se manteve a Operação Acolhida, isso é uma maturidade institucional governamental; e o terceiro é a nossa nacionalidade, nossa formação da nacionalidade, como nós somos como brasileiros. Nós somos mesclados, claro que nós temos problemas, então nós somos na essência um povo acolhedor. Nossa formação foi essa de miscigenação. Então, quando a gente vai para base legal, para a base da maturidade institucional e na nossa essência da nossa nacionalidade, é que nós podemos construir essa solução que evidentemente tem que continuar sendo trabalhada, isso é um aspecto extremamente importante. Outro aspecto que eu quero colocar aqui é a participação das Forças Armadas. As nossas Forças Armadas existem para atender à sua

gente, ao seu povo. Cada força armada tem uma especificidade, nós não somos ingleses, alemães e americanos, nós somos brasileiros. E, felizmente, na formação das nossas Forças Armadas, do fortalecimento da nossa nacionalidade, particularmente a partir do século 19, depois da guerra do Paraguai, a gente vem se moldando dentro disso. Um legado português muito forte em que as Forças Armadas faziam de tudo no país pequeno e que estava aí no mundo buscando uma tecnologia avançada, mas com uma força armada pequena, eles usavam as Forças Armadas e a Igreja. Nós pegamos de uma certa maneira isso e por isso que nós estamos muito envolvidos no desenvolvimento nacional, e por isso que o exército brasileiro tem braço forte, mão amiga, esse é o nosso DNA, estou falando no caso do exército. E aí especificamente, quando vem essas crises, são chamadas as Forças Armadas porque nós somos um diferencial em termos disso. Qual é o grande desafio? Nós não substituímos as instituições que têm a obrigação de fazer. Então, a Operação Acolhida está tendo esse êxito por ter esses fatores, mas também pelo estado de prontidão que nós temos em termos de Forças Armadas, mas nós também temos que pensar muito para as Forças Armadas não estarem substituindo a todas as instituições que têm obrigação de fazer. A crise migratória é algo que está acontecendo e um vai continuar acontecendo aqui no século 21, envolvendo o nosso Brasil. Era isso que eu tinha para falar.

